

**A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a
experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual
– CADV da Universidade Federal de Minas Gerais¹**

Hugo Oliveira Pinto e Silva²

Josué Sales Barbosa³

O acesso à informação é fundamental para que as pessoas portadoras de necessidades especiais, em particular, o deficiente visual, se insiram na sociedade da informação. Durante séculos de descobertas, alternativas tecnológicas foram criadas para que essa inserção ocorresse, desde a invenção da escrita em Braille, passando pelo texto falado chegando às tecnologias assistivas. As instituições de ensino superior também têm o papel de incluir os portadores de deficiência visual, transformando-os em pesquisadores ativos, por meio do processo de pesquisa, ensino e extensão. Analisa-se a relação entre evolução tecnológica e a inclusão do deficiente visual, no contexto do acesso à informação em bibliotecas universitárias em especial ao Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV – localizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH - da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, por meio de uma análise documentária e revisão de literatura visando compreender a inclusão do portador de deficiência visual na sociedade da informação.

Palavras-chave: *Deficientes visuais. Acessibilidade. Bibliotecas Universitárias. Tecnologias Assistivas. Braille.*

¹ Trabalho apresentado no XXXI ENEBD

² 8º. Período – Curso de Biblioteconomia – ECI/UFMG

hugoopes@hotmail.com

³ 8º. Período – Curso de Biblioteconomia – ECI/UFMG

josuesalles@hotmail.com

The relationship between visually impaired and the university library: an experience of the Center for the Visually Impaired Service - CADV, Universidade Federal de Minas Gerais

Access to information is essential for people with disabilities, particularly the visually impaired, inserting themselves in the information society. During centuries of discoveries, technological alternatives have been created for this insertion, from the invention of Braille, to spoken text and finally the assistive technologies. The higher education institutions also have a role to include the visually impaired, turning them into active researchers through processes and procedures of research, teaching and extension. This paper analyzes the relationship between technological evolution and the inclusion of the visually handicapped regarding access to information in university libraries particularly to the Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV –located at the Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH - da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, through document analysis and literature review aimed to understand the inclusion of the visually impaired in the information society.

Key-words: *Blind people; Accessibility; University Libraries, Assistive Technology, Braille*

1 Introdução

A Sociedade da Informação é oriunda das transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento e disseminação da tecnologia, tendo como principais características o aumento na capacidade de geração, processamento e transmissão de informações.

A informação passa a ter valor fundamental neste contexto, pois, ela é a matéria prima para a construção do conhecimento, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária além de ser elemento fundamental para as pessoas, que de acordo com as suas especificidades, garantem o seu espaço de liberdade e autonomia.

Vivemos em uma sociedade marcada pela exclusão social em várias Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

dimensões: cultural, educacional, econômica, política, informacional, dentre outras. Para tentar minimizar esse problema, são feitas diversas iniciativas e trabalhos, realizados pelo setor público, privado e sociedade civil, para incluir um grupo desfavorecido na sociedade.

Entende-se inclusão como

o processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que em alguma etapa da sua vida encontram-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade.” (PASSERINO; MONTARDO; 2007, p.5).

A questão da inclusão do deficiente visual na sociedade é focada em diversas legislações, conferências, encontros, normas e documentos internacionais. Os principais são, de acordo com Pereira e Chagas (1998), Silveira (2000), Pupo, Carvalho e Oliveira (2008): Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (1981), Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1993), Encontro Internacional para a Discussão das Políticas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (1994), Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade (1994), Convenção Interamericana para a Eliminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Declaração de Caracas (2002), Declaração de Santo Domingo (2006), norma 9050 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas): Adequação das Edificações e Equipamentos e Mobiliário Urbano à pessoa portadora de deficiência, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

As principais contribuições que esses eventos e documentos trazem é a criação das bases para as instituições criarem produtos e serviços, na área de educação, saúde, lazer, trabalho, acesso à informação, com o objetivo de incluir o deficiente visual, com cegueira total e com visão subnormal na sociedade, pois tais documentos apresentam informações sobre condições de

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

acessibilidade, ambientes integrados, igualdade de oportunidades, construção de contextos sociais inclusivos e eliminação da discriminação contra os deficientes visuais.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Compreender como a biblioteca universitária, por meio de seus produtos e serviços, facilita o acesso à informação e o desenvolvimento das habilidades informacionais dos portadores de deficiência visual, para a inclusão destes na Sociedade da Informação.

2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os principais meios de informação disponíveis para os deficientes visuais.
- b) Compreender a relação deficiente visual e biblioteca universitária.
- c) Compreender como o Centro de Atendimento ao Deficiente Visual (CADV) favorece o ingresso do deficiente visual na Sociedade da Informação.

3 Acessibilidade à informação: da escrita Braille até as tecnologias assistivas

O termo acessibilidade tem origem no final da década de 40 do século passado, por meio dos serviços de reabilitação física e profissional das pessoas com necessidades especiais nos Estados Unidos e na Europa. Durante os anos 50 a prática de reintegração dos deficientes visuais e físicos ocorria em diversas esferas: na família, no mercado de trabalho e na comunidade em geral, mas ela era muitas vezes dificultada e até impedida pela existência de barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, edifícios e meios de transporte coletivos.

No decorrer da década de 60, profissionais da área de arquitetura, norte americanos e europeus, discutiram estratégias para eliminação das barreiras arquitetônicas. A partir dessas discussões nasceu o movimento projeto livre de Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

barreiras cujo foco era a acessibilidade para portadores de deficiência em relação às questões físicas e funcionais. As primeiras experiências ocorreram nas universidades americanas por meio da modificação do espaço externo (estacionamentos) e interno (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes, etc.).

A questão da acessibilidade ganha destaque internacional a partir de 1981, devido ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Os portadores de necessidades especiais, por meio de campanhas para alerta à sociedade, reivindicavam a eliminação dos ambientes obstrutivos já existentes e também a não-inserção de barreiras nos projetos arquitetônicos, buscando, assim, o chamado desenho acessível.

O desenvolvimento tecnológico e científico propiciou o aparecimento de novas tecnologias, sendo o computador a principal delas. Com o surgimento da Internet, na década de 90, e a sua popularização surgiram novos problemas na área da acessibilidade, principalmente na questão do acesso à informação no contexto eletrônico. Além disso, com a substituição do termo integração por inclusão, todos os ambientes, físicos e digitais, passaram a ser projetados para a utilização de todas as pessoas, o conhecido desenho para todos.

A acessibilidade consiste em que,

partindo-se, portanto, do movimento do projeto livre de barreiras, no espaço físico (edificações, espaços urbanos, transportes, saúde, lazer), chegou-se ao que hoje é conhecido como desenho para todos (*designing for all ou universal design*), movimento que engloba todos os aspectos do mundo físico como do mundo digital (redes de computadores e sistemas de comunicações) (MAZZONI *et al.*, 2001, p.30).

A educação de cegos e o acesso à informação é uma preocupação desde o século XVIII quando o educador francês Valenti Haüy (1745-1882) fundou a primeira escola destinada aos deficientes visuais, denominada Instituto Real dos Jovens Cegos. Também foi criada por ele uma escrita própria para o uso dos deficientes visuais. Passaram por essa escola diversos alunos que contribuíram para a criação dessa escrita.

Merece destaque Louis Braille (1809-1852). Por utilizar outros estudos, como o de Charles Babier de la Serre que desenvolveu um sistema de escrita em alto relevo, concretizou, em 1825, a criação da escrita Braille que é aplicada tanto na leitura quanto na escrita pelos portadores de deficiência visual. Ele “criou para os cegos a possibilidade de terem ao seu alcance toda a literatura mundial escrita” (ESTEVEVES, 1975, p.275).

Os deficientes visuais possuem muitas dificuldades para garantir o acesso à informação. Para minimizar isso as primeiras alternativas eficientes que surgiram foram os livros em Braille e os ampliados, sendo que o Braille é utilizado por deficientes visuais com cegueira total e os tipos ampliados são utilizados por deficientes visuais com visão parcial ou subnormal.

O acesso à informação escrita constitui para o deficiente visual em um dos recursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e lazer, favorecendo o seu processo educacional e cultural.

O acesso ao livro é relativamente fácil para as pessoas com visão e se torna difícil para as pessoas cegas. Estas ficam, na maioria das vezes, dependentes de instituições que disponibilizam livros em Braille para a leitura, ou de pessoas de boa vontade que ‘emprestam’ seus olhos e se tornam ‘ledoras’ (SILVA; TURATTO; MACHADO, 2002, p.11).

A produção do livro Braille no Brasil é bastante deficiente, sendo os seus principais produtores o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Dorina Nowill, antiga Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Isso é demonstrado pela Bienal do Livro em São Paulo, em 2005

...o evento reuniu mais de 150 mil publicações à disposição do público e lançou mais de dois mil novos títulos. Todavia, no estande da Fundação Dorina Nowill – único na feira voltado para o atendimento de pessoas cegas – foram lançados apenas 18 títulos em Braille (e disponibilizadas trezentas cópias destes em CD) (NEVES, 2006, p.4).

A principal vantagem dos livros em Braille é que constituem “o melhor meio de alfabetizar a pessoa com cegueira – portanto permitem permanente contato com a ortografia das palavras – e de atender as pessoas com surdo-cegueira” (NEVES, 2006, p.6). No entanto, de acordo com Neves (2006), Fontana e Vergara Nunes (2006), as publicações impressas em Braille apresentam Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

inúmeras desvantagens e obstáculos: custo elevado e baixa capacidade de produção; publicação de livros restrita a entidades públicas ou associações civis sem perfil comercial ou empresarial; problemas na armazenagem dos livros; são obras muito caras, pesadas, de difícil manuseio e faltam pessoas especializadas para o ensino da escrita Braille.

Diante das desvantagens advindas dos livros ampliados e impressos em Braille e do aumento crescente na produção de informação, as instituições governamentais, particulares e a sociedade civil tiveram que descobrir novos métodos, produtos e serviços para facilitar o acesso à informação aos deficientes visuais.

Uma das alternativas criadas foi a gravação da informação em fitas K7 ou em CDs, do texto falado, que possui o objetivo de propiciar uma forma de acesso à informação oriunda de diversas fontes: livros, jornais, revistas, periódicos, obras de referência dentre outras.

A gravação de textos possui vantagens em relação aos livros Braille e ampliados impressos. São elas: possui um custo mais baixo na sua produção e elaboração; e a manutenção e a reprodução do conteúdo são mais fáceis devido ao seu formato universal (NEVES, 2006; FONTANA, VERGARA NUNES, 2006).

O texto falado apresenta as seguintes desvantagens: atendimento a um público reduzido, pois essa alternativa de acesso à informação se localiza em instituições que possuem esse serviço; a forma de produção é em baixa escala e amadora devido à falta de recursos humanos capacitados para a sua produção; não possibilita aos usuários o contato com a ortografia das palavras e dificulta a identificação de referências (NEVES, 2006; FONTANA, VERGARA NUNES, 2006).

As dificuldades encontradas nos livros em Braille, ampliados e no texto falado são desafios para serem superados, pois os recursos e serviços tecnológicos estão a serviço da educação inclusiva.

O termo tecnologia assistiva surgiu em 1988 nos Estados Unidos para

identificar a quantidade de recursos e serviços existentes que são aplicados para minorar os problemas encontrados pelos portadores de deficiência visando proporcionar ou ampliar as suas habilidades funcionais.

O objetivo das tecnologias assistivas é

proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. (TECNOLOGIA ASSISTIVA, 2008).

As tecnologias assistivas podem ser categorizadas de diversas maneiras; Melo, Costa e Soares (2006) as dividem em dois grupos: as que auxiliam em atividades do dia-a-dia e as que auxiliam no uso do computador. O site Tecnologia Assistiva (www.assistiva.com.br) possui uma divisão bem mais ampla dessas tecnologias. Elas são divididas em oito grupos: auxílios para a vida diária; comunicação aumentativa e alternativa; recursos de acessibilidade ao computador; sistemas de controle de ambiente; projetos arquitetônicos para a acessibilidade; órteses e próteses; adequação postural; auxílios de mobilidade; auxílios para cegos ou com visão subnormal; auxílio para surdos ou com déficit auditivo; e adaptações em veículos.

As principais tecnologias assistivas para auxiliar a vida diária dos deficientes visuais são: as bengalas (utilizadas para ajudar a localizar os desníveis no piso durante o caminhar do usuário, podendo ser dobráveis ou inteiriças), máquinas perkins (máquina de datilografia utilizada para produção de textos Braille) e a reglete (que junto com a punção possibilita que o deficiente visual escreva em Braille, sendo que o texto é produzido no sentido oposto ao da leitura).

O advento das tecnologias da informação, comunicação e informação (TCIs) revelou novos problemas na questão acessibilidade à informação e criaram-se novos desafios e barreiras para os deficientes visuais. Mas é por meio das tecnologias que estes mesmos problemas estão sendo resolvidos, já que

O desenvolvimento de ajudas técnicas, principalmente com a contribuição das tecnologias da informática e comunicação, permite hoje que muitas pessoas portadoras de deficiência encontrem as condições necessárias para que possam se dedicar às atividades de estudo, trabalho e lazer, contribuindo, assim, de forma ativa, para o desenvolvimento da sociedade (MAZZONI *et al.*, 2001, p.29).

As tecnologias assistivas associadas à informática podem inicialmente ser divididas, de acordo Borges (1997), em três tipos de sistemas para o acesso ao computador. São eles:

- Sistema de painel Braille, onde a informação é reproduzida num painel eletro-mecânico, que reproduz uma escrita Braille. Seus usuários são os cegos totais;
- Sistema com síntese de voz, onde o computador fala, através de uma placa de som, ou sintetizador de voz reproduzindo as informações textuais encontradas no ambiente digital. Seus usuários podem ser cegos totais e/ou pessoas com visão subnormal. Ex: Jaws, Virtual Vision, DOSVOX, Dolphin, Slimware Window Bridge, Windows-Eyes.
- Sistemas de ampliação, onde parte do conteúdo de uma tela é ampliado. Seus usuários são os portadores de visão subnormal. Ex: Dolphin, SmartView, Magic, LentePro.

Além dos leitores de tela, sintetizadores de voz e o sistema de painel Braille existem ainda as impressoras Braille, as lupas eletrônicas, as linhas Braille, os programas Daisy e Open Book.

4 A relação: deficiente visual e biblioteca universitária

Atualmente biblioteca pode ser definida como o local onde uma coleção é organizada e constituída de acordo com a demanda e necessidade dos usuários efetivos e potenciais a que se destina e está à disposição dos interessados, para suprir suas necessidades informativas educacionais ou recreativas. Segundo LEMOS (2005, p.101), para se ter uma biblioteca devem existir os seguintes requisitos:

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

(...) intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos e potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

A biblioteca universitária tem, através de seu acervo, produtos e serviços, o papel de refletir sobre as matérias lecionadas nos cursos e áreas de investigação da instituição. Portanto ela é constituída por materiais de caráter científico e técnico e sempre deve ser mantida em constante atualização de acordo com as necessidades informacionais de seus usuários e os interesses da instituição.

A Organização das Nações Unidas – ONU - declara que o portador de necessidades especiais é

toda pessoa em estado de incapacidade de prover por si mesma, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida pessoal ou social normal, em consequência de uma deficiência congênita ou não, de suas faculdades físicas ou mentais (SILVEIRA, 2000, p.1).

Nessa mesma declaração a ONU ainda diz que os deficientes possuem: os mesmos direitos civis e políticos que qualquer outro ser humano; direito a medidas que destinem a permitir o alcance da máxima autonomia possível; a uma educação, a uma formação e readaptação profissional levando em conta suas necessidades particulares. Num contexto Bibliotecário o usuário portador de necessidades especiais é aquele que “... apresenta limitação visual, auditiva, física ou mental leve, tendo, portanto, necessidades de serviços e de produtos diferenciados, adaptados às suas limitações e potencialidades” (Ferreira, 1993⁴ citado por SILVEIRA, 2000, p.2).

O primeiro parágrafo da Política Nacional do Livro assegura ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro. Para que haja uma maior inclusão dos deficientes na Sociedade da Informação, metas devem ser traçadas e construídas para sua maior inserção.

A grande parte dos serviços e produtos oferecidos no Brasil pelas

bibliotecas universitárias ou não (públicas escolares etc.), é direcionada para usuários que não são portadores de necessidades especiais. Para os usuários com deficiência visual, os serviços prestados para que se possa assegurar seu acesso à informação são: os livros em escrita Braille, os livros ampliados, o “livro falado”, os sistemas com síntese de voz e os ampliadores de tela. Esses suportes informacionais ainda não estão presentes de forma estruturada no planejamento da maioria das bibliotecas universitárias brasileiras. Isso coloca em risco o que a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: Visão e Ação, que ocorreu em Paris em 1998, que diz:

Deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como (...) pessoas portadoras de deficiência, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos sobre educação superior”. (CONFERENCIA MUNDIAL SOBRE O ENSINO SUPERIOR, 1998 citado por SOUZA; MANOEL, 2008).

O Ministério da Educação e do Desporto – MEC, possui leis que ratificam no ensino superior brasileiro a acessibilidade para exercício pleno à pessoas com necessidades educativas específicas, termo destinado pelo MEC para a identificação do usuário deficiente independente de qual deficiência ele possua.

Não é apenas na acessibilidade ao material existente na biblioteca que se deve focar, a própria estrutura física da BU e bibliotecas em geral também favorece para a inclusão, ou não, desse usuário portador de necessidades educativas especiais. As normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT, disponibilizou a NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos; e também outra normas referentes a pessoas portadoras de deficiência. Um dos itens dessa norma foca as bibliotecas e centros de leitura, dizendo respeito a acessibilidade de espaços de pesquisa, fichários,

⁴ FERREIRA, M. N., GONÇALVES, R. S. Projeto "Soma". São Paulo: APB, 1993. (Ensaio APB, n. 8). p. 2. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v.1, n.1, mar.2011

salas de estudos e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência; também traça sobre a disposição das estantes como sua altura e distancia, tudo atendendo às faixas de alcance visual e de visão. Ainda recomenda no item 8.7.5, que as “bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais”.

5 Atendendo ao Usuário Portador de Deficiência Visual

O serviço executado por uma biblioteca universitária é prover a informação a qualquer tipo de usuário, sendo ele portador de deficiência ou não. Para que esse fim seja alcançado, Souza e Manoel (2008) traçam alguns requisitos que devem ser aplicados quando um usuário portador de deficiência visual é identificado: verificação do tipo da deficiência (cegueira ou visão parcial), curso, quais recursos que utiliza para a leitura, identificação do nível de conhecimento do usuário no uso das tecnologias assistivas.

Até o presente momento as bibliotecas universitárias que possuem setores de apoio a usuários com deficiência visual tem a gravação de textos, tanto em CD como em K7, o método mais utilizado, até mais que a utilização dos livros em Braille, isso por causa da diferenciação do custo de um suporte para outro e também pela escassez de títulos nesse formato.

A digitação de textos para o Braille também é uma forma de poder dar o acesso aos usuários, só que isso já pressupõe a aquisição de uma impressora Braille e um funcionário treinado para cumprir a função de operá-la. Para a gravação também são necessários um maquinário específico e seus operadores devidamente treinados para que seja feito um trabalho com eficiência, ou mesmo até um programa que faça a leitura e a gravação dos textos. Para que o usuário possa ter também independência em suas pesquisas e na realização de trabalhos, são necessários computadores com kit-multimídia e interface que sejam destinados a pessoas que possuem deficiência visual.

A constante comunicação entre Biblioteca e corpo docente também é

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

fundamental, para que se possa saber qual a bibliografia básica de cada matéria, pois com o conhecimento prévio dos textos que serão utilizados em sala de aula, o setor poderá traçar metas para dar ao usuário o pleno acesso à informação.

6 Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV

Muito já se foi estudo sobre a inclusão dos deficientes no contexto da universidade, mas a maioria desses estudos são recentes. No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, esses estudos datam de 1987, onde se pode afirmar que foi a primeira vez na história da instituição que um documento reconheceu a necessidade de tratamento diferenciado aos portadores de necessidades educativas específicas. Esse trabalho foi realizado por alunos do mestrado da Escola de Biblioteconomia da UFMG, atual Escola de Ciência da Informação, que faziam reflexões sobre o tema, apresentando sugestões sobre o que poderia ser feito para uma inclusão do deficiente como, por exemplo, a gravação de livros em fita, a criação de centros de apoio aos deficientes em cada unidade, maior número de livros em Braille e a mudança nas provas do Vestibular, o que aconteceu em 1995. Após esse trabalho muito mudou no contexto da UFMG, como a criação da Comissão Pró-Acesso em 1993. Também foi publicada a resolução 20/86 que dentre outras coisas determinava considerações sobre as dificuldades de acesso a deficientes e idosos nas dependências da instituição. A partir de então os prédios construídos são feitos de forma a facilitar o trânsito e acesso a essas pessoas.

Criado em 1992, por da iniciativa da Bibliotecária Maria Elisa Barcelos a partir de um curso de especialização que a mesma freqüentava, o Laboratório de Recursos para Deficientes Visuais, que atualmente o Centro e Apoio ao Deficiente Visual – CADV –, está localizado na biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH – na UFMG e é resultado do projeto “Criação de um serviço de informação especial para o deficiente visual da Universidade Federal de Minas Gerais”

Seu objetivo principal é propiciar aos alunos portadores de qualquer deficiência visual a literatura básica necessária para seus cursos. Ele iniciou com o atendimento à 2 alunos e hoje já atendeu aproximadamente 26 discentes dos mais variados cursos.

Atualmente, o setor atende a 6 usuários, sendo que dois deles são alunos da graduação, uma é aluna do mestrado e as outras três não tem vínculo estudantil com a UFMG. Entre os serviços prestados pelo CADV, estão à leitura e gravação de textos em fitas K7 e em CD. O Centro possui uma mesa para gravação dos textos. Também possui uma impressora Braille, Index Braille e uma lupa eletrônica, Interface VGA preto e branco. É disponibilizado aos estudantes aos usuários do CADV, gravadores portáteis, para que possam gravar e ouvir textos e as aulas que preferirem.

O acervo do CADV conta com mais de 3.000 fitas com textos de diversas áreas do conhecimento, sendo parciais e obras completas, além de alguns exemplares de livros em Braille. A base de dados utilizada pelo setor é o WINISIS, versão para o Windows da plataforma ISIS. Para a digitalização dos textos são utilizados dois scanners. Ainda há para a utilização dos alunos computadores com o sistema operacional DOSVOX, que permitem aos alunos, a partir do sintetizador de voz, realizar suas tarefas. O atendimento do setor é realizado por uma assistente administrativo e dois bolsistas "FUMP", coordenados pelas bibliotecárias de referência da biblioteca da FAFICH.

7 Conclusão

No contexto da sociedade da informação, as iniciativas das bibliotecas universitárias, tanto centrais quanto setoriais, para a acessibilidade da informação do deficiente visual estão tendo êxito, mesmo sendo de forma lenta devido à existência de problemas humanos, materiais e financeiros.

O CADV, que praticamente centraliza o serviço de apoio ao deficiente visual de toda a Universidade, também não foge dessa realidade. Durante seus

16 anos de funcionamento, sofreu modificações, e lentamente está ganhando o destaque merecido, mas ainda existem diversos obstáculos a serem vencidos, como a manutenção do acervo fonográfico – CD's e K7, a pouca quantidade de livros em escrita Braille e ampliados e treinamento técnico dos leitores de textos. Há ainda a barreira que Martins e Nunes (2005) vislumbram: a questão das parcerias com escolas e faculdades da UFMG, como a Escola de Belas Artes, Escola de Ciência da Informação; apoio com os órgãos de circulação e comunicação da Universidade; instalação de placas indicativas através do sistema Braille no campus o que proporcionará maior autonomia aos deficientes visuais.

O papel da biblioteca é o de dar acesso à informação, a qualquer tipo de usuário. O que é necessário é repensar o papel que a universidade e as bibliotecas universitárias e bibliotecas setoriais têm nesse contexto de garantir o acesso pleno a informação ao deficiente visual. M'Bow⁵, citado por Silveira (2000) questiona: terão as sociedades contemporâneas a coragem e a lucidez necessárias para modificar radicalmente seu comportamento para com os deficientes, quando esse comportamento decorre da mesma espécie de raciocínio que alimenta o racismo?"

Referências

BORGES, José Antonio. Ampliadores de tela de computador: uma visão geral. *Revista Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, n.8, dez. [não paginado]. 1997.

Disponível em <

http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez1997_Artigo3.doc >. Acesso em: 20 mar. 2008.

ESTEVES, Thereza Maria Sotto-Maior. O setor braille da biblioteca publica de Minas Gerais "Prof. Luis de Bessa". *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 273-277, set. 1975.

FONTANA, M.V.L.; VERGARA NUNES, E.L. Educação e inclusão de pessoas cegas: da escrita braille à internet. *Revista FAFIBE On Line*, Bebedouro, n.2, p.1-

⁵ M'BOW, Amadou-Mahtar. O Ano Internacional do Deficiente. *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 4, mar. 1981.

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

6. 2006. Disponível em <
http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/marcusfontana_educacaoeinclusaodepessoascegas.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2008.

LEMOS; Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CALDEIRA, Paulo da Terra; CAMPELLO, Bernadete (Orgs.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 101-119.

MARTINS, Andréa de Paula Brandão; NUNES, Vera Lúcia Moreira. *O tratamento da informação como elemento fundamental para uma proposta de institucionalização do centro de apoio aos deficientes visuais CADV-FAFICH- UFMG*. 2005. 55f. (Especialização em Gestão Estratégica da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MAZZONI, Alberto Angel. *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.2, p.29-34, 2001. Disponível em: <
www.ibict.br/cionline/include/getdoc.php?id=506&article=217&mode=pdf>. Acesso em: 9 jan. 2008.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Silva C. de Matos. Tecnologias Assitivas. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Orgs.). *Acessibilidade : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*. Campinas: UNICAMP, 2006. p. 62-70. Disponível em <
http://www.ic.unicamp.br/~melo/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em 15 jan. 2008.

NEVES, Cláudia. *Acessibilidade à leitura por deficientes visuais em bibliotecas públicas, por meio do uso de programas computadorizados*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2006. 11 p. Disponível em <
http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/tema11/2005_10460.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2008.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Paula; . Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com necessidades especiais. Brasília, *E-Compós*, Brasília, v. 8, p. 1-18, 2007.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes, CHAGAS, Paulo da Silva. Gerenciamento do Serviço Braille na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba: relato de uma experiência. . SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 10. 1998, Fortaleza. Anais. Fortaleza : ABC, 1998. p. 187-199, v. 2, pt. 2

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.1, n.1, mar.2011

PUPPO; Deise Tallarico; CARVALHO; Silvia Helena Rodrigues; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação Inclusiva e bibliotecas acessíveis. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.13, n.1, p.259-267, jan./jun., 2008. Disponível em < <http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/viewarticle.php?id=278&layout=abstract> >. Acesso em: 15 mar. 2008.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; TURATTO, Jaqueline; MACHADO, Lizete Helena. Os deficientes visuais e o acesso à informação. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, n.1, v.7, p.9-19. 2002.

SILVEIRA, Julia Goncalves da . Biblioteca inclusiva?: repensando sobre barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções.. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis.. Anais. Florianópolis : UFSC, 2000. 21p.

SOUZA, Saete Cecília de; MANOEL, Vanessa de Andrade. Praticando acessibilidade comunicacional: cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.13, n.1, p.7-17, jan./jun., 2008. Disponível em < www.acbsc.org.br/revista/ojs/include/getdoc.php?id=988&article=266&mode=pdf >. Acesso em 15 mar. 2008.

SOUZA, Vilma Carvalho de; Paula, Anália das Graças Gandini Pontelo de; SILVA, Luiz Carlos da; ALVES, Sindier Antônia. Biblioteca da FAFICH & deficientes visuais: uma experiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. *Trabalhos livres...* Disponível em < <http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/poster010.doc> >. Acesso em 18 jan. 2008.

TECNOLOGIA Assistiva. Desenvolvido por Rita Bersch e José Carlos Tonolli, 2008. Apresenta informações sobre tecnologia assistiva. Disponível em < <http://www.assistiva.com.br/> >. Acesso em: 29 mar. 2008.